

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL****SUPRAM LESTE MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental****Processo** nº 1370.01.0029032/2023-63

Governador Valadares, 29 de junho de 2023.

Procedência: Despacho nº 139/2023/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA**Destinatário(s):** Fabricio de Souza Ribeiro - Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro (SUPRAM/LM)**Assunto:** PAPELETA DE DESPACHO - ARQUIVAMENTO - PCH LIMEIRA**DESPACHO**

Número de ordem: 139/2023	Data: 29/06/2023
Empreendedor: MINAS PCH S.A	CPF/CNPJ: 07.895.905/0001-16
Empreendimento: PCH LIMEIRA	CPF/CNPJ: 07.895.905/0001-16
Processo Administrativo: : 12913/2008/001/2010	Município: Frei Inocência - Marilac - Mathias Lobato /MG
Assunto: Arquivamento de Processo Administrativo motivado pela perda do objeto prejudicado em virtude do advento de fato superveniente.	
RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO	MASP
Josiany Gabriela de Brito - Gestora Ambiental	1107915-9
Wesley Maia Cardoso - Gestor Ambiental	1223522-2
Emerson de Souza Perini – Analista Ambiental	1151533-5
De acordo: Lirriet de Freitas Libório Oliveira – Diretora Regional de Regularização Ambiental	1.523.165-7
De acordo: Clayton Carlos Alves Macedo – Diretor Regional de Controle Processual	615.160-9

Destino: Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro (SUPRAM/LM)

Senhor Superintendente Regional,

O empreendedor MINAS PCH S.A/PCH LIMEIRA (CNPJ 07.895.905/0001-16) formalizou em 08/10/2010, fl.01, o Processo Administrativo de Licença Prévia (LP)[1], PA n.º 12913/2008/001/2010, Autorização para Intervenção Ambiental – AIA, PA n.º 05805/2010, antiga APEF, e Outorga PA n.º 12976/2010, vinculados, para as atividades de Barragens de Geração de Energia Hidrelétrica – Cód. E-02-01-1, Subestação de energia elétrica - Cód. E-02-04-6, Viveiro de produção de mudas de espécie agrícolas, florestais e ornamentais - Cód. G-01-08-2 e Usinas de produção de concreto comum - Cód. C-10-01-4, conforme DN/COPAM n.º 74/2004, em empreendimento proposto no rio Suaçuí Grande, nos Municípios de Frei Inocêncio, Marilac e Mathias Lobato/MG.

Por meio das informações prestadas no FCEI n.º R104782/2010, fls. 09/11, gerou-se o FOB n.º 625851/2010, fls. 05/07, que instrui o PA n.º 12913/2008/001/2010.

Paralelo à análise do P.A. de LP n.º 12913/2008/001/2010 e PA de AIA n.º 05805/2010, foi formalizado em mesma data o P.A. de Outorga de Aproveitamento de Potencial Hidrelétrico Detentor de Projeto Básico (DRDH) n.º 12976/2010, conforme informações do Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM, o mesmo encontra-se em fase de análise.

Cabe registrar que com a publicação da Deliberação Normativa COPAM n.º 217/2017, em vigor a partir do dia 06/03/2018, foi promovida em 29/06/2023 (Despacho n.º 138/2023/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA), no Sistema de Informações Ambientais (SIAM) a alteração do porte e do potencial poluidor/degradador, bem como da modalidade de licenciamento de acordo com a nova caracterização apresentada pelo empreendedor no FCE (fl. 2221/2225), Processo Administrativo n. 12913/2008/001/2010, do empreendimento MINAS PCH S.A/ PCH LIMEIRA (CNPJ 07.895.905/0001-16), para fins de prosseguimento da análise processual.

O empreendedor possuía em seu favor o Despacho ANEEL n.º 3759, de 05 de outubro de 2009, que aceita o projeto básico da Pequena Central Hidrelétrica Limeira, no rio Suaçuí Grande, no Estado de Minas Gerais, apresentado pela Minas PCH S.A e desenvolvido pela MEK Engenharia e Consultoria Ltda.

Em 20/06/2017 foi emitido o Despacho ANEEL n.º 1785, publicado em 23/06/2017, que registrou a *adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico da Pequena Central Hidrelétrica Limeira, no rio Suaçuí Grande, nos Municípios de Mathias Lobato e Frei Inocêncio, (MG), de titularidade da Minas PCH S.A., prorrogada a vigência do registro por mais 3(três) anos contatos a partir de seu término, conforme DSP SCG/ANEEL 2.213, de 28/07/2020, possuindo seu termo final em 25/06/2023*[2].

A Resolução Normativa ANEEL n.º 875, de 10/03/2020, estabelece os requisitos e procedimentos necessários à aprovação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico de bacias hidrográficas, à obtenção de outorga de autorização para exploração de aproveitamentos hidrelétricos, à comunicação de implantação de Central Geradora Hidrelétrica com Capacidade Instalada Reduzida e à aprovação de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica de Usina Hidrelétrica sujeita à concessão.

O art. 16 da referida Resolução Normativa ANEEL n.º 875/2020 dispõe que:

Art. 16. Os requerimentos de registro de intenção de outorga de autorização serão conferidos por meio da publicação de Despacho de Registro de Intenção à Outorga de Autorização (DRI). (g.n.)

A mesma Resolução ANEEL n.º 875/2020, em seu art. 27, §5º, estabeleceu condições de representatividade legal para fins de requerimento de Licenças/Outorgas ambientais, senão vejamos:

§ 5º O DRS tem como finalidade permitir que a ANEEL solicite a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) e que o interessado requeira o Licenciamento Ambiental pertinente junto aos órgãos competentes, sem prejuízo de antecipação dessas ações, quando couber, imediatamente após a publicação do DRI. (g.n.)

Ainda, nos termos do art. 27, § 6º, da Resolução Normativa ANEEL n.º 875/2020:

§6º O DRS perderá a vigência, independentemente de manifestação da ANEEL, caso o interessado não requeira a outorga de autorização em até 3 (três) anos, prorrogáveis por uma única vez por até 3 (três) anos, a critério da ANEEL, contados da data de sua publicação. (g.n.)

Ocorre que o Despacho ANEEL n.º 1785, de 26/06/2017, **teve seu prazo encerrado em 25/06/2023**[3]. A Lei Federal n.º 9.074, de 07/07/1995, ao estabelecer normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, dispõe que:

Art. 1º Sujeitam-se ao regime de concessão ou, quando couber, de permissão, nos termos da [Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995](#), os seguintes serviços e obras públicas de competência da União:

(...)

V - exploração de obras ou serviços federais de barragens, contenções, eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, diques, irrigações, precedidas ou não da execução de obras públicas;

(...)

Art. 4º As concessões, permissões e autorizações de exploração de serviços e instalações de energia elétrica e de aproveitamento energético dos cursos de água serão contratadas, prorrogadas ou outorgadas nos termos desta e da Lei n. 8.987, e das demais.

(...)

Art. 7º São objeto de autorização:

(...)

II - o aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência superior a 5.000 kW (cinco mil quilowatts) e igual ou inferior a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts) destinados a uso exclusivo do autoprodutor e a produção independente de energia. (g.n.)

Desta forma, resta explícita a impossibilidade de prosseguimento da análise da pretensão delineada neste Processo Administrativo de Licença Prévia e de Instalação n.º 12913/2008/001/2010, visto que o requerimento de licenciamento ambiental se apresenta em desconformidade com o regulamento do setor competente (Lei Federal n.º 9.074/1995), sob pena de infringência à Lei Federal n.º 8.176, de 08 de fevereiro de 1991, s.m.j.

A “*Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente*” (art. 50 da Lei Estadual n.º 14.184, de 31/01/2002), situação essa que se amolda ao caso em tela, uma vez que, como dito, o requerimento de licenciamento ambiental está em desconformidade com o regulamento do setor competente (Lei Federal n.º 9.074/1995).

Nesse viés, o arquivamento do presente Processo Administrativo de LP+LI é medida cabível e aplicável à espécie, pela **perda superveniente do objeto**, s.m.j.

Registra-se, por necessário, que o decurso dos prazos de licenciamento sem a emissão da licença ambiental não implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra (Art. 25 do Decreto Estadual nº 47.383/2018).

Incide, na espécie, em relação ao PA de AIA n.º 05805/2010, antiga APEF e Outorga PA n.º 12976/2010, o disposto no Art. 16, § 3º, da DN COPAM nº 217/2017, a citar: “*Indeferido ou arquivado o requerimento de licença ambiental, as intervenções ambientais terão o mesmo tratamento e os requerimentos de outorga em análise, cuja finalidade de uso esteja diretamente relacionada à atividade objeto do licenciamento, serão indeferidos*”.

Diante do exposto, servimo-nos da presente Papeleta de Despacho para reportar a Vossa Senhoria a sugestão de **arquivamento** do Processo Administrativo de Licença Prévia (LP) n.º 12913/2008/001/2010 e do PA de AIA n.º 05805/2010, vinculado, formalizados na data de 08/10/2010 pelo empreendedor/empreendimento MINAS PCH S.A/ PCH LIMEIRA (CNPJ 07.895.905/0001-16), para as atividades de Sistema de Geração de energia Elétrica – Cód. E-02-01-1, em empreendimento proposto no rio Suaçuí Grande, municípios de Marilac, Frei Inocência e Mathias Lobato/MG, motivado pela **perda superveniente do objeto**, bem como o **indeferimento** do PA de Outorga (DRDH) n.º 12976/2010, por reverberação, por força do disposto no Art. 16, § 3º, da DN COPAM nº 217/2017.

Consigna-se que, uma vez arquivado por decisão definitiva, o processo de licenciamento ambiental não será desarquivado, salvo em caso de autotutela, assegurado o direito de o empreendedor formalizar novo processo, nos termos do art. 34 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, desde que comprovada a inexistência de débito de natureza ambiental e que também não implique reaproveitamento dos custos referentes ao processo ora arquivado.

Os custos pela análise processual foram parcialmente quitados, considerando a opção do empreendedor refletida no FCEI no sentido de pagar no ato da formalização do processo 30% (trinta) por cento do valor tabelado, com a apuração do restante em Planilha de Custos (fl. 54).

Assim, os emolumentos respectivos à emissão do FOBI e parte dos custos de análise processual encontram-se quitados, conforme se depreende dos Documentos de Arrecadação Estadual (DAE's) e recibos acostados autos (fls. 94).

No tocante aos custos de análise processual, incidem, a partir de 29/03/2018, os valores tabelados pela Lei Estadual n. 22.796, de 28/12/2017. Assim, considerando que o Processo Administrativo foi formalizado na data de 08/10/2010, foram apurados custos remanescentes, por meio de planilha de custos anexada aos autos do Processo SIAM n. 12913/2008/001/2010 (híbrido SEI n. 1370.01.0029032/2023-63);

Recomenda-se que seja o empreendedor notificado a fim de que proceda à quitação dos custos remanescentes, no valor de R\$ 11.006,67 (Onze mil e seis reais e sessenta e sete centavos), conforme planilha de custos (Doc SEI nº 68724320), no prazo estabelecido no Documento de Arrecadação Estadual (DAE) a ser expedido, sob pena de encaminhamento dos autos à Advocacia Geral do Estado (AGE) para fins de inscrição do débito em dívida ativa do Estado, sem prejuízo da ulterior apuração e cobrança de eventuais diferenças pela Administração Pública, se for o caso.

Recomenda-se a juntada de cópias da decisão do ato de arquivamento/indeferimento da Superintendente Regional nos autos do PA de AIA n.º 05805/2010 e do PA de Outorga (DRDH) n. 12976/2010, alterando-se o *status* do SIAM, conforme o caso.

Recomenda-se, ainda, por necessário, sejam os dados do Processo Administrativo em referência encaminhados à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental (DFISC-LM) para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais, nos moldes estabelecidos na Instrução de Serviço SISEMA 05/2017.

Depois da manifestação de Vossa Senhoria será promovido o encaminhamento dos autos ao Núcleo de Apoio Operacional da SUPRAM/LM para adoção das medidas administrativas cabíveis.

É a nossa manifestação opinativa[4], *sub censura*, pelo que remetemos os autos à deliberação final da autoridade decisória competente.

[1] Atesta a viabilidade ambiental da atividade ou do empreendimento quanto à sua concepção e localização, com o estabelecimento dos requisitos básicos e das condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação e possui prazo de validade de 5 (cinco) anos.

[2] Consulta Biblioteca ANEEL em 28/06/2023, disponível em <https://biblioteca.aneel.gov.br/Resultado/Listar?guid=1688048332558>.

[3] Consulta Biblioteca ANEEL em 28/06/2023, <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/dsp20202213ti.pdf>.

[4] Parecer AGE/MG nº 16.056, de 21 de novembro de 2018: (...) 48. *O parecer administrativo e a nota técnica não equivalem ao ato administrativo a eles posterior, ainda que o administrador tenha acatado integralmente o parecer. O parecer não possui valor normativo, servindo apenas de orientação ao gestor na tomada de decisões.*



Documento assinado eletronicamente por **Josiany Gabriela de Brito, Servidor(a) Público(a)**, em 29/06/2023, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lirriet de Freitas Libório Oliveira, Diretor (a)**, em 29/06/2023, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Maia Cardoso, Servidor(a) Público(a)**, em 29/06/2023, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emerson de Souza Perini, Servidor(a) Público(a)**, em 29/06/2023, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clayton Carlos Alves Macedo, Diretor (a)**, em 29/06/2023, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **68726920** e o código CRC **A29FAA17**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO

Referência: Processo nº 1370.01.0029032/2023-63.

Motivação: Despacho nº 139/2023/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA (DOC SEI n. 68726920)

FOLHA DE ROSTO DE DECISÃO

DECISÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DO LESTE MINEIRO

EMPREENDEDOR/EMPREENDIMENTO: MINAS PCH S.A - PCH Limeira

PROCESSO SIAM Nº: 12913/2008/001/2010

CÓDIGO DA ATIVIDADE: E-02-01-1 (DN COPAM 217/2017)

CLASSE: 4

MUNICÍPIO: Marilac, Frei Inocência e Mathias Lobato - MG

LICENÇA: () LP () LP+LI () LI () LIC () LO (X) LI+LO () LP+LI+LO () LOC () LOP () REVLO ()
LIC +LO () AMPLIAÇÃO () LAS/RAS () ADENDO (LP+LI)

() CONCEDIDA COM CONDICIONANTES VALIDADE:

() CONCEDIDA SEM CONDICIONANTES VALIDADE: _____

() INDEFERIDA

(X) ARQUIVAMENTO

() ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE

() DEFERIDA () INDEFERIDA

() PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTE () DEFERIDA () INDEFERIDA

() PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DA LICENÇA

() DEFERIDA () INDEFERIDA - VALIDADE: _____

Governador Valadares, 29 de junho de 2023.

FABRÍCIO DE SOUZA RIBEIRO

Superintendente Regional de Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio de Souza Ribeiro, Superintendente**, em 29/06/2023, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **68735975** e o código CRC **754175A3**.